



TERMO DE CONTRATO Nº 2809002/2018

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS PERMANENTES QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA DIAGNOSTICA BRASIL COM. & SERVIÇO LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato o **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 05.149.091/0001-45, com sede na Avenida Djalma Dutra nº 2506, centro, Capanema, Estado do Pará, neste ato legalmente representando pelo Prefeito Municipal, senhor **Francisco Ferreira Freitas Neto**, brasileiro, casado, portador do cédula de identidade nº 3151121/SSP-PA e CPF nº 058.810.802-20, residente e domiciliado neste Município, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, representada por sua secretária municipal, senhora **WALDIMARY DO SOCORRO TEIXEIRA LEITE FREITAS**, brasileira, casada, advogada, portadora de RG nº 5982907/PC-PA e CPF nº 222.246.532-04, Presidente e domiciliada nesta cidade de Capanema, Estado do Pará, denominada de **INTERVENIENTE** e, de outro lado à empresa **DIAGNOSTICA BRASIL COM. & SERVIÇO LTDA**, cadastrada no CNPJ sob o nº 05.860.709/0001-80, com sede na Av. Independência, nº 45, Coqueiro, CEP 67.120-406, Ananindeua – PA, neste ato representada por quem de direito os sócios, **THAIS DOS SANTOS BRITO**, brasileiro(a), casada, empresária, portador(a) RG nº 6947501 PC/PA e CPF/MF nº 011.211.632-97, residente e domiciliada à Rodovia dos trabalhadores, nº 2000, Cond. Agua Cristal, Rua Curimbata 08, Parque verde, CEP 66.635-894, Belém – PA e **LUCAS GABRIEL DOS SANTOS BRITO**, brasileiro(a), solteiro, empresário, portador(a) do RG nº 6688502 SEGUP/PA, CPF/MF nº 012.808.532-04, residente e domiciliado à Rodovia Mario Covas, nº 35, Cond. Lyon Ville, Una, CEP 66.652-000, Belém – PA, simplesmente designada **CONTRATADA**, com base na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos odontológico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificação abaixo, e conforme resultado do **PP nº 030/2018** e a proposta da Contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUAN T.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	BOMBA DE VÁCUO DE 3 A 10 HP/CV CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: VAZÃO: 7 - 136 M3/H; POTÊNCIA: 0,75-7,5 HP; APLICAÇÃO: 30-760 TORR, OU SEJA, 40-1013 MBAR, OU ATÉ 6 TORR COM EJETOR DE AR ATMOSFÉRICO; VEDAÇÃO: SELO MECÂNICO; MONTAGEM MONOBLOCO EM MOTOR ; MATERIAL: FERRO NODULAR COM ROTOR EM BRONZE . DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO: EQUIPAMENTO GERADOR DE VÁCUO PARA DIVERSAS APLICAÇÕES EM AMBIENTE HOSPITALAR.	UND	4	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
4	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO / SUGADOR/REFLETOR TERMINAIS NO MÍNIMO 3 / CABECEIRA ARTICULADA / COMANDO DA CADEIRA PEDAL / EQUIPAMENTO : TIPO CART OU ACOPLADO / REFLETOR : MULTIFOCAL (MAIS DE UMA INTENSIDADE) / CUBA: PORCELANA /CERÂMICA / UNIDADE AUXILIAR : 1 SUGADOR / SERINGA TRÍPLICE : POSSUI / CANETA DE ROTAÇÃO : POSSUI/ CANETA DE ROTAÇÃO : POSSUI / CONTRA ÂNGULO : POSSUI / PEÇA RETA : POSSUI / MICRO MOTOR : POSSUI .	UND	4	R\$ 17.000,00	R\$ 68.000,00
					R\$ 88.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O Amparo Legal do presente Contrato, encontra-se consubstanciado no PP nº 030/2018, fundamentado na Lei nº 10.520/2002 e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006,



alterada pela Lei Complementar nº147 de 07 de agosto de 2014 e na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, sendo esta também a legislação, aplicável nos casos omissos deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

3.1. O material deverá ser entregue ao Responsável pelo Setor de Almojarifado, tendo o prazo limite de 30 (trinta) dias, após recebimento da ordem de fornecimento.

3.2. O equipamento que necessitar instalação, a contratada realizará sua instalação, responsabilizando-se pela equipe técnica e material necessário, além de fornecer treinamento para a utilização do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E ALTERAÇÕES:

O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade de materiais empenhados e recebidos pelo setor de almojarifado da Prefeitura Municipal de Capanema, mediante a apresentação da nota fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento só será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminando o produto, comprovando sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito) – (CND), com o FGTS (Certidão de Regularidade de Situação – CRS), com a Fazenda Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa Estadual, bem como a quitação com demais impostos e taxas que por ventura incidam sobre o mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias mediante ordem bancária em moeda corrente deste país, após a emissão de nota fiscal (devidamente atestada pelo setor de almojarifado). Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

A partes se obrigam da seguinte forma:

4.1 - A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Emitir a Ordem de Fornecimento (OF) após a assinatura do contrato.



b) Pagar oportunamente o preço dos produtos à CONTRATADA, na forma e condições estabelecidas na Cláusula Quarta acima;

c) Solicitar os materiais a partir da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

4.2 - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Iniciar a entrega/instalação dos materiais somente após receber a Ordem de Fornecimento (OF) por parte da Contratante;

b) Entregar os materiais solicitados em até 10(DEZ) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas;

d) Fornecer assistência técnica e garantia, não inferior a 12(doze) meses.

e) Cumprir todas as obrigações ajustadas no presente instrumento;

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R\$ 88.000,00** (oitenta e oito mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência é por 90(noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente da execução do presente CONTRATO ocorrerá da seguinte Dotação Orçamentária:

Exercício: 2018

0703 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0048.2.048- Manutenção das Ações de Saúde Bucal

10.302.0049.2.058- Manutenção do Centro de Especialidades médicas Odontológicas - CEO

44.90.52.00 Equipamento e Material permanente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Saúde, o fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais.



§1º. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

§2º: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou danos a terceiros, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA:

10.1. O contrato poderá ser rescindido antes de seu término:

- a) por interesse e conveniência das partes;
- b) unilateralmente, com conveniência da Administração Pública e notificação ao CONTRATADO (A) de no mínimo 30(trinta) dias;
- c) Por inadimplemento total ou parcial de qualquer das obrigações constantes das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

11.1. A Contratante pagará à Contratada pelos itens adquiridos, conforme a necessidade da secretaria responsável pelo contrato, até o trigésimo dia útil após a apresentação, junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

§1º. O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta corrente da contratada.

§2º. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

§3º. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

§4º. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.



§5º. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista, sob pena de não recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. No caso de atraso ou inexecução do objeto do presente contrato serão aplicadas a Contratada sanções administrativas.

I - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora.

§1º. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

§2º. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

II - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pela Secretaria Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

III – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;



f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos em Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Fica eleito o foro de Capanema - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Capanema - PA, 28 de Setembro de 2018.

Francisco Ferreira Freitas Neto
Prefeito Municipal
Contratante

Waldimary do Socorro Teixeira Leite Freitas
Secretária Municipal de Saúde
Interveniente

DIAGNOSTICA BRASIL COM. & SERVIÇO LTDA
CNPJ nº 05.860.709/0001-80
Contratada

Testemunha: _____
CPF: _____

Testemunha: _____
CPF: _____